

Como Surgiu o Plano Diretor do Mercado de Capitais

O mercado de capitais brasileiro, após ter passado por um período de forte crescimento, de 1991 a 1997, voltou a perder expressão.

Nem só as crises mundiais que se abateram sobre os países emergentes, destacando-se a crise asiática de 97, a crise russa de 98, a crise cambial brasileira de 99, as crises turca e argentina de 2001/2002 bem como a crise decorrente do ataque terrorista aos Estados Unidos, seguida da crise de credibilidade das empresas americanas, contribuíram para esse encolhimento do mercado.

Infelizmente, ações específicas da política econômica brasileira também tiveram efeitos altamente negativos sobre o mesmo: a lei Kandir que retirou direitos dos minoritários, a taxaço da CPMF nas negociações em bolsa, a elevação de 10% para 20% do nível de tributação das aplicações em renda variável, igualando-as as aplicações de renda fixa, e finalmente a tributação de imposto de renda sobre os fundos de pensão.

Considerando ainda o alto nível das taxas de juros estimulando a aquisição de títulos de renda fixa, é compreensível que o número de companhias que fechou o capital nos últimos anos tenha sido superior a 150 e que os volumes diários de negociação em bolsa tenham se reduzido a mais da metade.

Foi neste contexto que a BOVESPA liderou uma “Ação Cívica pelo Fortalecimento do Mercado de Capitais” com a participação de 45 outras entidades. Em menos de um ano de trabalho bem organizado, veio a primeira conquista dessa ação com a votação pelo Congresso pela retirada da CPMF nas negociações com ações em bolsa.

No âmbito desse movimento pelo fortalecimento do mercado, foi elaborado o Plano Diretor do Mercado de Capitais sob a coordenação técnica da Abamec e do Ibmecc com o apoio e colaboração de 24 entidades que subscreveram o documento. O plano compreende 12 diretrizes e 50 ações que podem ser grupadas em 6 temas principais:

- 1 – Política Macro-Econômica
- 2 – Ações voltadas para as empresas
- 3 – Ações voltadas para os investidores
- 4 – Ações voltadas para os Agentes de Mercado
- 5 – Ações voltadas para a Regulação e Auto-Regulação
- 6 – Ações voltadas para a mobilização, sensibilização e divulgação

Para que o Plano Diretor não se transformasse em mais um documento sobre a importância do mercado de capitais, sem resultados práticos, as entidades subscritoras decidiram constituir dois comitês de acompanhamento do mesmo: um Comitê Coordenador, voltado para a articulação política de implementação do plano e um Comitê Técnico para o aprofundamento de estudos das ações nele contidas.

As funções executivas do Comitê Coordenador ficaram sob a responsabilidade de Thomas Tosta de Sá e o Ibmecc constituiu o “Comitê para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais – Codemec” para a realização dos estudos técnicos.

Após mais de 35 anos de atuação no mercado, primeiramente, como simples investidor, na segunda metade da década de 60 e início da década de 70, passando depois por um longo período de atuação institucional de apoio ao desenvolvimento do mercado, nas décadas de 70 e 80, assumindo posteriormente a presidência da CVM entre 93 e 95, e hoje atuando como sócio diretor de uma empresa de gestão de recursos, Thomas Tosta de Sá continua com a crença firme de que o mercado de capitais deverá exercer um papel importante, não só na sua função econômica de alocação eficiente da poupança, como na sua dimensão social de geração de empregos na cadeia produtiva da economia, de acesso de novos empreendedores a constituição de empresas emergentes e de participação crescente dos trabalhadores no capital das empresas através de novos instrumentos de poupança previdenciária.

Além dessa crença, a atitude consciente das entidades subscritoras do Plano Diretor de que é delas a responsabilidade de buscar a implementação das ações nele contidas foi decisiva na aceitação de Thomas ao convite, uma vez que o sucesso deste trabalho depende do envolvimento e apoio de todas essas entidades.

Como primeira ação contida no plano, foi decidido pelo Comitê Coordenador promover um encontro com os candidatos a presidência com o objetivo de inserir o fortalecimento do mercado de capitais no conjunto de ações prioritárias do governo.

Além disso, foi preparada uma agenda de ações prioritárias a serem discutidas com a CVM, BNDES, Congresso Nacional, SUSEP e SPC, órgãos reguladores responsáveis pelas previdências abertas e fechadas.

É importante destacar que as entidades subscritoras do Plano, principalmente aquelas mais diretamente ligadas ao mercado de capitais e a poupança previdenciária complementar, já possuem agendas próprias de discussão quer no poder executivo quer no poder legislativo.

Não foi objetivo do Plano Diretor reinventar a roda. Ele se desenvolveu dentro do princípio de enfatizar o que já existia como proposta. O trabalho do Comitê Coordenador está voltado nesse mesmo sentido de priorizar as agendas das entidades subscritoras no seu papel de articulação política junto ao Executivo e Legislativo.

Finalmente, não se pode deixar de destacar a ênfase do Plano Diretor do papel da Educação no desenvolvimento do mercado de capitais. Nesse sentido, além de estimular as ações em andamento no âmbito das entidades subscritoras de certificação de analistas, agentes autônomos e outros participantes do mercado, decidiu apoiar a criação da Escola Nacional de Investidores. Trata-se da adaptação de uma experiência americana, bem sucedida, desenvolvida pela "*National Association of Investors Corporation*" que busca educar os investidores utilizando os clubes de investimento como veículo de aplicação em ações.

São Paulo, 18 de julho de 2002.

Thomas Tosta de Sá

Coordenador Executivo do Comitê do Plano Diretor
Sócio-Diretor da Mercatto Gestão de Recursos